



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Portugal sob Oliveira Salazar e sua representação por imigrantes angolanos brancos e portugueses residentes no Rio de Janeiro

Isabel Barreto

Universidade Federal Fluminense

belsljbarreto@gmail.com

A República foi instalada em Portugal em 1910 após um golpe de Estado encabeçado pelo Partido Republicano Português que destituiu a monarquia constitucional em 5 de Outubro de 1910. São fatores explicativos do golpe a subordinação do país aos interesses coloniais britânicos, os gastos da família real, a grande influência da Igreja, a instabilidade política e social, o bipartidarismo (progressistas e regeneradores) e a resistência à modernidade. Marcado pela instabilidade política, teve quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes em quinze anos e oito meses. Tal quadro gerou as condições para a intervenção militar na política. Foi a partir dessa intervenção que ocorre a implantação da ditadura militar, ela mesma alvo de tentativas de golpe por seu fracasso em se institucionalizar. Com isso constituiu o prólogo para a instauração do Estado Novo, regime autoritário com duração de 41 anos (1933-1974), tendo sido o mais longo da Europa ocidental e comparável apenas em termos de longevidade políticas aos regimes de Franco e Stalin.

O regime implantado em Portugal em 28 de maio de 1926, uma “Ditadura sem ditador”, como aponta António Costa Pinto, teve diferentes projetos políticos até a consolidação do autoritarismo sob António Oliveira Salazar no princípio da década de 1930. Uma característica marcante do modelo político que é posto em prática é a revalorização do Portugal sebastianista e restaurador. Estes seriam os dois pilares da reconstrução da nação portuguesa. A queda da Primeira República foi portanto, uma reação das forças conservadoras. Segundo Francisco Carlos Palomanes Martinho “Ser moderno era voltar no tempo” (2010, p. 218), na concepção dos que derrubaram a Primeira República. O pensamento autoritário luso era tradicional e nostálgico. Para aqueles que construíram o Estado Novo, o Antigo Regime era o horizonte para o qual os olhares deveriam se voltar.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Para essa corrente de pensamento, a Revolução liberal de 1910 significou o abandono de todas as grandes tradições que fundamentaram a formação da identidade lusitana. Tratava-se assim, da traição a uma linhagem constituída desde a formação do Estado Nacional, a começar pela referência incontestável de d. Nuno Álvares Pereira, passando por d. Sebastião, d. João IV e que, no século XIX, tinha como referência mais importante a figura de d. Miguel, o monarca absolutista derrotado por seu irmão d. Pedro. Assim, a oposição ao liberalismo significava um compromisso com a história e as tradições de Portugal. O futuro devia, necessariamente, estar comprometido com o passado. (2010, p. 218)

Tradição e modernidade são conceitos complexos. Adotamos para nossa reflexão as definições de Arno J. Meyer para o primeiro e de Marshall Berman para o segundo. Para Meyer o Antigo Regime esteve presente na Europa até a eclosão da Primeira Guerra Mundial. A causa deste conflito teria sido a resistência das elites europeias, cuja cultura era ainda marcada por valores feudais que se adaptaram à nova ordem inaugurada pela centralização política nas mãos de um monarca, à Revolução Francesa, ao capitalismo industrial.

Nos baseamos nessa premissa de Arno J. Meyer para buscar compreender o apego à tradição manifestado pelo exército português ao dar o golpe que derrubou a Primeira República e também por Oliveira Salazar durante todo o seu período no governo. Mas, e quanto à modernidade? Se, como diz Meyer no início do século XX as elites da antiga ordem mundial resistiam às inevitáveis mudanças a ponto de seus atritos causarem as duas Guerras Mundiais, as quais o autor chama de “A Guerra dos Trinta Anos da crise geral do século XX” (1987, P. 13), no que elas consistiam? Enquanto estudioso da modernidade, Marshall Berman a vê como a anulação das fronteiras geográficas, raciais, classistas e nacionais. A modernidade seria para ele a união da espécie humana. Mas, essa unidade é em si um paradoxo, visto que gera também uma desunidade: ela é marcada por um turbilhão de mudanças, de lutas e contradições, de ambiguidade e angústia.

No século passado, a modernidade se expandiu e englobou todo o mundo. É, em suma contra a conjuntura do século XIX e princípios do seguinte que uma onda de resistência e valorização do passado toma conta da Europa. Em Portugal a reação à desintegração das fronteiras geográficas, raciais, classistas e nacionais, apontada por Berman se dá na valorização do Império Colonial, da vocação de colonizador do português e de laços corporativistas de trabalho. Essas são algumas das grandes questões que impulsionam a engrenagem do Estado Novo lusitano. Ao longo de todo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

este trabalho, a conjuntura portuguesa é entendida como uma reação dos setores conservadores, ou seja, tradicionais à Arno J. Meyer contra uma modernidade à Marshall Berman.

Eram três as principais forças políticas que se chocavam no momento da derrubada da Primeira República (1910-1926): liberalismo conservador, conservadorismo autoritário e a direita radical. A primeira estava assentada nos partidos republicanos conservadores que, apoiaram o golpe militar, pois, desejavam a instalação de um “Estado de exceção” que promovesse a reforma do texto constitucional de 1911 fortalecendo o presidencialismo em detrimento do parlamentarismo. Desejavam acima de tudo uma reforma do sistema partidário, criando um forte partido conservador apoiado no aparelho de Estado e apto a enfrentar o partido democrático, dominante no parlamentarismo. O conservadorismo liberal, corrente a qual se filiava Oliveira Salazar era acentuadamente antiliberal. Tinha como proposta a eliminação dos partidos políticos e a criação de um partido único de caráter integrador. Ideologicamente filiava-se nos corporativismos católico e republicano, onde estava presente um revisionismo autoritário. Dela faziam parte católicos, monarquistas e republicanos autoritários. Já a direita radical tinha em seus quadros os simpatizantes do fascismo. Sua fascistização era crescente desde o pós-guerra. Seus membros tentaram criar um partido de massas aproveitando a instalação da ditadura militar e apoiando-se em modelos mais carismáticos de legitimidade.

Nesse cenário de instabilidade política, a Igreja através do partido do Centro Católico, tendo apoiado a ditadura militar desde o seu início, estabeleceu-se como um importante grupo de pressão política. Tal quadro só findou quando seu dirigente, o próprio Oliveira Salazar chegou ao governo no cargo de ministro das Finanças em 1928 em meio a uma grave crise financeira. negociou amplos poderes frente aos demais ministros do governo. Politicamente, neutralizou seu partido no princípio dos anos 1930.

Para que possamos avançar é necessário compreendermos as origens sociais e a visão de mundo de Oliveira Salazar. Tendo nascido na região do Vimeiro, na Beira Alta, era sobretudo um homem do campo. Na sua juventude o ultramar não desperta nenhum tipo de interesse, seja ele militar, administrativo ou religioso. Segundo Yves Léonard o mundo rural de onde o futuro ditador havia saído estava no campo oposto ao de uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

burguesia voltada para o ultramar. Na sua família não havia comerciantes e não havia uma tradição administrativa ou militar. O fraco interesse de Salazar pela realidade colonial tinha suas raízes no nacionalismo que nele despertava. Com uma forte formação católica, durante seus anos na Universidade de Coimbra, onde cursa Direito entre 1910 e 1914, entra para o Centro Acadêmico da Democracia Cristã e posteriormente para o Centro Católico Português, do qual fazia parte nos anos de sua ascensão política. Foi durante os anos de estudo na universidade que entra em contato com uma historiografia nacionalista que “valorizava um passado o mais afastado possível parando voluntariamente no século XVI, um passado sacralizado, dominado pela tradição, pelos heróis 'representativos do espírito da raça’” (1998, p. 12).

Essa visão de mundo fica perceptível segundo Francisco Carlos Palomanes Martinho quando Salazar ingressa, em 1916, como professor do curso de Direito de Coimbra. Nas provas de ingresso havia criticado o latifúndio da região do Alentejo, enaltecendo a pequena propriedade. Na sua visão a tarefa a desempenhar pelos portugueses era a de conservar seu mundo pequeno, católico e camponês tanto dentro como fora de Portugal. A modernidade portuguesa deveria ser buscada nos valores endógenos que seriam procurados em sua própria história. O conservadorismo da Igreja Católica contribuiu muito para a institucionalização do Estado Novo. Ancorada na Encíclica *Rerum Novarum* publicada no final do século XIX, no papado de Leão XIII, que defendia como alternativa aos modelos políticos vigentes o resgate de valores medievais, a igreja portuguesa era partidária de uma organização social baseada na organização por ofícios, ou seja, o corporativismo. Na visão da Igreja, o ponto maior de referência para a sociedade seria o Estado, que deteria poderes de intervenção na sociedade em nome do bem comum.

Com relação ao mundo rural e à influência da Igreja também temos como ponto de partida a leitura feita por Meyer. Na sua interpretação, a terra ainda era a principal fonte de riqueza até a eclosão da Primeira Grande Guerra. Juntamente com isso a Igreja, que estava ligada às monarquias e às nobrezas e tinha na terra sua principal fonte de riqueza, detinha como “uma grande instituição corporativa”, um “quase monopólio dos serviços educativos e sociais (...)” (LÉONARD, 1998, p. 17). A catolicização das instituições era um elemento fundador do Estado Novo. Apesar disso, a Igreja temeu a aproximação ao totalitarismo de algumas organizações estatais e a incorporação de seus movimentos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

juvenis ao controle do Estado. Tal receio não se viu concretizado. Ao contrário, o regime “ofereceu” à Igreja o “enquadramento simbólico/ideológico de largos setores da sociedade, particularmente aqueles mais próximos da sociedade rural tradicional e abriu-lhe espaço para suas organizações próprias” (PINTO, 2007, p. 35).

Em 1933 é criada a Ação Católica Portuguesa. Esta instituição representou por anos a autonomia colaborante da Igreja com o regime político e suas instituições, principalmente as corporativas. A Igreja resistiu a todas as tentativas de integração. Manteve e desenvolveu a Ação Católica. “O catolicismo tradicionalista e a Igreja, enquanto ideologia e instituição foram simultaneamente um dos elementos mais poderosos da ditadura e, por outro lado, de limitação à fascistização do regime”. (PINTO, 2007, p. 35-36).

A mudança de postura de Salazar quanto aos territórios ultramarinos ocorre a partir do momento em que acumula dois ministérios, o das Finanças e o das Colônias em 1930 e consolida a sua influência. Sua mudança de atitude frente à questão colonial é explicada por alguns fatores. Em primeiro lugar está a crise econômica pela qual passam as colônias africanas, em especial, Angola.

Em 8 de Julho de 1930 foi aprovado o Acto Colonial, o que havia de mais avançado em termos de Direito Colonial Português. Não sem debates e oposições, a nova legislação aprovada prometia solucionar a crise econômica dos territórios ultramarinos. Tendo a essa altura o apoio maciço do governo, Salazar vê a sua posição consolidada. Isto só ocorre quando chega ao cargo máximo do governo, o de Presidente do Conselho de Ministros em 1933, quando um novo texto constitucional instaura o Estado Novo e lhe garante plenos poderes.

A nova constituição era baseada em três princípios: Deus, Pátria e família. O Estado então foi organizado de acordo com princípios corporativos. Tinha como fatores de unidade cultural elementos incorporados da direita radical, ou seja, de inspiração fascista e do tradicionalismo antiliberal, representado pelo catolicismo. Uma de suas primeiras medidas foi o aperfeiçoamento do aparelho repressor da ditadura militar instaurada em 1926. A censura e a polícia política foram reorganizadas. A primeira posteriormente foi incorporada ao ministério da propaganda, a segunda ganharia autonomia progressiva, transformando-se em espinha dorsal do sistema e devendo se reportar diretamente ao Presidente do Conselho de Ministros, ou seja, ao próprio



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Salazar.

Com relação ao equilíbrio político Portugal foi declarado “uma República unitária e corporativa”. Na ditadura a partir de então o equilíbrio político se dava da seguinte forma: no topo estava o Presidente do Conselho. Havia uma Assembleia Nacional ocupada pelo partido da União Nacional, renovada em eleições não competitivas e de acesso limitado. Para que não houvesse fuga de poderes, foi decretada a autonomia do poder executivo. O cargo de Presidente da República foi mantido, sendo exercido pelo Marechal António Carmona para garantir os interesses dos militares e o seu apoio à nova configuração do poder político. António Oliveira Salazar respondia apenas ao Presidente da República, sendo este o representante da única ameaça ao seu poder.

Apesar da neutralização dos fascistas, um membro da equipe de governo de Salazar era declaradamente adepto do Fascismo, António Ferro, titular do Secretariado da Propaganda Nacional.

Como diretor do Secretariado da Propaganda Nacional foi António Ferro que coordenou a imprensa do regime, dirigiu os serviços de censura, organizou encenações de massa em Lisboa, produziu festividades voltadas para as classes populares associadas ao aparelho corporativo. A censura consiste num indicador do ideal organicista que moldou a sociedade lusa na década de 1930. Em prol de um ideal de harmonia corporativa, tudo o que fizesse referência a sobrevivência de conflitos não era publicado. As publicações de oposição não foram proibidas de início. Sua sobrevivência se deveu ao seu isolamento nos limites de círculos intelectuais e suas ideias não deveriam extrapolar os limites dos cafés lisboetas e chegar à classe operária. A paz social era obrigatória. A educação recebeu uma atenção especial do regime. O ensino religioso foi reintroduzido, sobretudo no ensino primário. Foi feita uma revisão de cunho nacionalista e tradicionalista.

Outra característica do Secretariado da Propaganda Nacional foi a criação de uma organização fascista juvenil, a Acção Escolar Vanguarda em 1933, com o objetivo de combater o nacional sindicalismo de Rolão Preto. Uma vez dissolvido este movimento sindical, essa primeira iniciativa foi substituída pela Mocidade Portuguesa, MP. O alistamento nesta organização, vinculada ao Ministério da Educação era obrigatório.

Ao se consolidar no poder, embora devotado aos valores tradicionais, Oliveira Salazar soube como conciliá-los a valores da modernidade. Soube aliar os valores



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

católicos com as rupturas que ocorriam na Europa na década de 1920. Embora os valores tradicionais tenham prevalecido aos modernos tanto econômica como ideologicamente durante todo o regime o dirigente do Estado Novo soube como equilibrar os diferentes interesses que eram em si conflitantes. Salazar buscou entender a modernidade portuguesa como “um *construto* do passado. Portugal havia sido moderno na época das Grandes Navegações e da constituição de um vasto império ultramarino. Tratava-se portanto, de uma modernidade a ser restaurada”.(MARTINHO,2010, p.222) A seguir duas questões apontadas serão mais detalhadamente tratadas: a organização do Estado corporativo e o lugar do império ultramarino no projeto Estado Novista.

Francisco Carlos Teixeira da Silva situa o Salazarismo enquanto regime fascista, ao optar por interpretar o fascismo como um grupo de configurações políticas de traços diversos, marcados por coerência tanto interna quanto externa. O que existiria, então, seriam “diversas formas de fascismos nacionais”. Por coerência interna o autor entende na esteira de Wolfgang Scheider antiliberalismo, antidemocratismo e antissocialismo. Um traço fascista importante apontado é a defesa por cada Estado de sua originalidade histórica e nacional, buscando em si mesmo as origens de suas ideias. O caso português é citado nominalmente como exemplificação da opção analítica do autor

cada regime teria florescido sob um céu e sobre um solo absolutamente próprios ou, ainda, teria sido construído a partir do sangue, elemento único, inigualável, de alguns poucos. O passado do Império Romano, a glória dos impérios germânicos (quicá o paganismo dos bosques teutões), as falanges hunas ou a reconstrução dos impérios marítimos espanhol e português foram temáticas capazes de ancorar a identidade histórica dos movimentos fascistas. (SILVA, 2008, p. 123)

Ainda segundo Teixeira da Silva, no fascismo o Estado é o que garante a existência da comunidade nacional. Esta seria centrada em ideias-força como raça, nação ou império. No caso português, entre essas três destacamos a terceira. Uma outra característica do Estado fascista que em Portugal se faz bastante presente e que citamos rapidamente acima é o corporativismo. Este foi a resposta dos regimes fascistas à crise de identidade social gerada pela imposição dos princípios liberais em voga desde a Revolução Francesa. O que o fascismo propôs como alternativa a esses valores que estavam em crise foi “a recuperação da integridade do homem através de instituições, rituais e cerimônias” que restabeleceriam “os corpos sociais que integravam a teia institucional das sociedades do Antigo Regime, a chamada Tradição” (2008, p. 140).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Aqui estão exemplificadas as questões apontadas por Arno J. Meyer.

O fascismo vislumbrava uma comunidade harmônica. A corporação era vista como um lugar de colaboração entre capital e trabalho. Os interesses tanto de patrões como empregados estariam solidariamente organizados. A sociedade que se buscava construir era desprovida de conflitos, baseada em um “regime de produtores” (SILVA, 2008, p. 145). Tal questão entretanto, em Portugal não foi resolvida sem conflitos e resistências por parte de patrões e empregados com relação a si mesmos e com o Estado.

As primeiras tentativas do Estado Novo neste sentido foi feita em fevereiro de 1930, quando foi feito um primeiro movimento no sentido da institucionalização dos sindicatos. Naquele momento a preocupação era discutir uma legislação que regulasse o horário de trabalho. Para a discussão foram convocados alguns sindicatos, como o dos Empregados da Indústria e do Comércio de Lisboa, ligado a CGT (anarquista) e a Associação dos Caixeiros de Lisboa (socialista).

A partir de 1933, houve uma radicalização das correntes sindicais. Naquele ano se institucionalizava o Estado Novo. Em setembro o governo através de três decretos lei aprovou o ETN, Estatuto do Trabalho Nacional. Outro decreto-lei, o de número 23.053, criou o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, INTP, subordinado ao Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social. É a partir de 1933 que se pode falar num processo de corporativização das organizações de trabalho portuguesas.

Além das resistências iniciais dos sindicatos, o governo enfrentava também as resistências por parte da classe patronal. A oposição ao Estado Corporativo pode ser notada nas barreiras criadas ao estabelecimento da nova estrutura sindical e na perseguição aos dirigentes sindicais. Se, por um lado, a classe patronal se via satisfeita com a adoção de políticas coercitivas ou de desenvolvimento econômico, a postura mudava quando regras contratuais lhes eram impostas. A postura de solidariedade com o INTP fez com que com o passar do tempo os sindicatos vissem o Estado como um aliado na defesa de seus interesses.

Na década de 1940, tal modelo começava a apresentar sinais de desgaste. Entre 1941 e 1942 foram organizadas greves. Em 1942, uma grande greve mobilizou 20 mil operários na região de Lisboa. Como resultado o governo declarou-se intolerante contra qualquer manifestação. Paralelamente reconhecia as péssimas condições de vida do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

operariado. Em 1943 e 1944 houve greves no campo, nas regiões do Alentejo e do Ribatejo. Tal fato evidenciava o agravamento da crise social. Tais movimentos no campo e na cidade eram um alerta para o governo do desgaste do regime.

Entre 1943 e 1947, os anos foram de instabilidade e dúvidas quanto a sobrevivência do regime. O governo procurava sobreviver em uma conjuntura de redemocratização por todo o mundo ocidental. Internamente a insatisfação social era grande. O governo não conseguia neutralizar as insatisfações, tanto das classes populares quanto da classe empresarial. Adotar uma política de fomento ligada a última implicava modificar as bases do corporativismo em que o regime se assentava. Para solucionar o impasse entrou em vigor em março de 1947 o decreto-lei 36.173. Esta legislação alterava o caráter dos contratos e das convenções coletivas. Os novos acordos seriam feitos apenas entre as partes interessadas. O Estado, então se ausentava da mediação dos conflitos trabalhistas. Essa política visava uma aproximação entre Estado e a classe patronal, aquela que mais oposição fez ao corporativismo do regime.

O regime salazarista sobrevive ao pós-guerra. Chega a década de 1950 sobrevivendo até meados da década de 1970 por uma série de fatores estruturais tanto de política interna quanto externa. Estes são apontados por Fernando Rosas. Em um primeiro momento, o autor situa Portugal na divisão internacional do trabalho. Quanto a isso lista três fatores importantes:

- 1) a situação de país periférico no sistema econômico mundial, pouco industrializado, dependente, com economia predominantemente rural, muito resistente a mudanças, o que leva as crises que afetavam o país a serem sentidas até a década de 1960 sem grandes problemas.
- 2) Apesar de semiperiférico e dependente Portugal é também um país colonizador. O Império Colonial será um fator decisivo na manutenção da estrutura econômica e social da metrópole, ou no retardamento das mudanças, praticamente até a descolonização.
- 3) O terceiro fator apontado por Rosas é a localização geoestratégica de Portugal e de suas ilhas atlânticas. Tal neutralidade garantiu o apoio das democracias vitoriosas na guerra, um lugar na OTAN e com isso a legitimação do regime na comunidade internacional nos anos 1950. Com esse apoio pôde durante as guerras de descolonização ter apoios militares e políticos para a manutenção do esforço bélico. A posição geoestratégica foi, assim, explorada pelo Estado Novo para manter o país distante dos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

conflitos continentais.

Passando a analisar as questões internas, o autor aponta cinco condicionantes estruturais duradouras na ordem da economia interna. O primeiro fator importante destacado é o peso econômico, social e político do mundo rural, com uma estrutura fundiária resistente a qualquer tipo de modernização. Diretamente ligada a esse primeiro fator está o segundo: a imensa massa rural e despolitizada da população, que era analfabeta e submissa enquadrada política e ideologicamente pela Igreja Católica. É essa maioria da população que atuará como um fator de estabilização e até mesmo de conservação da ordem social há muito estabelecida. Em terceiro lugar está o ritmo lento de crescimento industrial. Por conta disso, quer por uma política oficial de proteção à pequena produção familiar quer por exigências produtivas de conjunturas como a Segunda Guerra Mundial, ocorre a proliferação de um setor industrial oficial e artesanal dotado de uma grande resistência. O mesmo ocorreria com o comércio e o ramo de serviços. Isso significa que havia em Portugal até os anos 1970, uma classe média ligada ao setor de serviços, com um determinado peso político. Sua neutralização seria uma preocupação constante para o Salazarismo. Tal política foi bem sucedida “até bastante tarde, o que constitui factor relevante da estabilidade do regime” (ROSAS, 1999, p. 21).

Um quarto fator é a classe dominante, que no final da década de 1940 está debilitada economicamente. É caracterizada por uma dependência externa e divisão interna. Finalmente, o último fator citado por Fernando Rosas que explica a longevidade do regime é a debilidade da oposição, mais especificamente do proletariado industrial. O lento processo de crescimento industrial do país, sobretudo de indústrias de base como a metalurgia, a metalomecânica, a indústria química e de celulose gerou uma classe operária pouco numerosa até os anos 1950 e concentrada na em três regiões: a zona operária de Lisboa e as regiões industriais a norte e ao sul do rio Tejo. Os trabalhadores da indústria têxtil do norte tinham uma ligação com o campo e sua relação com o patronato era essencialmente paternalista.

Por fim, há a questão das permanências políticas. Essas se devem a quatro fatores listados por Fernando Rosas, sendo dois deles ligados a fatores econômicos já apontados: 1) “a arte de construir e reconstruir os equilíbrios fundamentais do regime de acordo com as circunstâncias históricas (...)” (1999,p. 23), 2) a ligação da burguesia



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

portuguesa ao Estado, 3) a incapacidade da oposição de se firmar como uma alternativa política, 4) a repressão.

A busca de equilíbrio entre setores liberalizantes e conservadores, levará o regime a bloquear as tentativas de adaptação aos novos desafios nacionais e internacionais. Esse quadro fica claro quando em 1961 é tentado um *putch* pelo general Botelho Muniz, Ministro da Defesa, que entretanto não é bem sucedido. Para Salazar, o importante era durar, sobreviver politicamente. É nesse sentido que, em determinados momentos alguma evolução era permitida, mas sempre titubeante. Apesar disso, entre 1958 e 1961, o regime se vê desgastado, incapaz de corresponder às mudanças da década de 1960.

Quanto à burguesia, as indústrias encontram-se normalmente com pouco capital, com baixo *know how*, com déficit de mão-de-obra qualificada, a concorrência entre elas se dá com base em um excesso de oferta num mercado nacional estreito e por fim, não têm qualquer capacidade de diálogo com o operariado. Sua ligação política com o Estado é a sua garantia de sobrevivência. É o Estado quem organiza o corporativismo, condiciona a instalação de novas indústrias, dá proteção aos mercados nacional e colonial, concentra e arbitra dissídios e assegura o silenciamento de reivindicações operárias. Mesmo os setores modernizantes dessa classe social estão ligados por laços de dependência ao Estado. Talvez por isso

esta facção reformadora do Estado Novo seja – pelo menos até o marcelismo – largamente integrada por técnicos do Estado (sobretudo juristas, economistas, engenheiros) ligados às actividades económicas, que representam objectivamente, ideologicamente, os interesses da industrialização, da reforma agrária, etc. ... mas com ligações concretas à base social de apoio de tais estratégias, seguramente não estruturadas ou formalizadas. E certamente por tudo isto, a timidez, a hesitação e até a cobardia política desta corrente liberalizante é uma sua marca histórica essencial (...). Também eles temem a 'desordem', o 'comunismo', o desencadear de 'processos incontrolados' além da própria pele (ROSAS, 1999,p. 26).

Com relação à oposição o destaque é dado a revoltas que ocorreram entre os anos de 1927 e 1938. O período agudo das revoltas segundo Rosas se situa entre 1927 e 1931. A oposição só irá ganhar um novo fôlego com o término da Segunda Grande Guerra. Ocorre o fim do anarco-sindicalismo, o Partido Comunista Português surge reorganizado, apesar de na clandestinidade no início dos anos 1940, beneficiado pelo descontentamento popular causado pela guerra e pela posição da União Soviética vitoriosa no conflito. Apesar desse fortalecimento, Fernando Rosas desqualifica o PCP



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

como uma liderança política efetiva. Na prática, até a radicalização da década de 1960, a oposição vai se apoiar na expectativa de manobras dentro do regime, mesmo em momentos de grande mobilização popular. A oposição, diz Rosas

lida mal com as grandes explosões de descontentamento de massa: é normalmente surpreendida por elas, corre à procura de alguns coronéis ou generais que se aproveitam para um putch, lança campanhas pela 'demissão pacífica' de Salazar e, em suma, permitirá sucessivamente ao regime ganhar tempo, recompor-se e contra atacar. (1999, p. 28)

Por fim, há o papel da repressão. Por si só ela não explica a durabilidade do regime, mas foi um fator decisivo para o silenciamento, intimidação e liquidação de seus oponentes. A sua organização data de 1933, quando Salazar à semelhança dos regimes fascistas seus contemporâneos cria uma instituição centralizada e especializada de repressão política e informação. A PVDE, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, posteriormente PIDE, Polícia Internacional de Defesa do Estado. Este órgão recorreu frequentemente à prisões arbitrárias, à tortura, ao assassinato e até mesmo a campos de concentração. Com relação a essas práticas, que não tiveram o alcance que as caracterizou nas outras ditaduras do período, houve a preocupação de sob um manto de legalidade, cobrir o que foi chamado de “fascismo de toga”. A violência da PIDE foi um elemento importante na segurança do regime, mas tão importante quanto ela foi uma repressão menos visível, porém mais eficaz, o que João Amaral, publicista e ideólogo do Estado Novo entendia como a trilogia que resumiria as atividades fundamentais na sociedade: crer, obedecer e servir. Fernando Rosas chama essa concepção de “repressão das almas”.

Essas são em linhas gerais as características da sociedade da qual emigraram colonos para Angola ao longo de boa parte do século XX. As décadas de 1950, 1960 e 1970 foram de crescimento em relação às décadas anteriores. Segundo Cláudia Castelo:

Entre 1953 e 1960 entravam anualmente em Angola entre dois e três milhares de colonos. O ano de 1961 foi de forte quebra devido ao início do conflito armado. Em 1962 retoma-se a “normalidade”. 1964 é o ano em que desembarcam mais colonos em território angolano: 4033. Nos três anos seguintes, o número de colonos volta a ficar-se em torno de 2500. De 1968 em diante (exceto em 1970), havia um decréscimo para valores abaixo dos 1500 colonos, sendo que em 1971 entraram apenas 528”. (2007, p. 210)

A época do êxodo dos ex-colonos, ao longo do ano de 1975, a população branca afetada era de 300 mil pessoas como nos mostra Fernando Pimenta:

A tragédia do êxodo dos brancos angolanos –. Que recorda a fuga



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

traumática dos pied-noirs argelinos em 1962 – afetou cerca de 300.000 pessoas, as quais se estabeleceram sobretudo, em Portugal, mas também no Brasil, África do Sul, Rodésia do Sul, etc. Estima-se que pouco mais de 30.000 (10%) brancos permaneceram em Angola após a Independência, em 11 de Novembro de 1975. (2004, p. 26)

No primeiro semestre de 1975, chegaram ao Brasil cerca de 4.418 indivíduos¹. Aqui chegando, se espalharam por todo o território nacional. Vivem em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Florianópolis, Porto Alegre, São Luís do Maranhão. Coletamos os depoimentos de algumas dessas pessoas no Rio de Janeiro. Algumas delas naturalizaram-se brasileiras na década de 1980 encontram-se adaptadas à nossa sociedade. Há quem tenha aqui casaram e constituído família. Nos depoimentos menções são feitas à sociedade portuguesa evidenciando como a veem. A menção a vida em Portugal vêm acompanhada de uma comparação com a vida em Angola.

A sociedade na antiga metrópole é vista como mais repressiva e mais atrasada em contraposição a Angola, onde as pessoas, na visão de alguns dos depoentes, eram livres, podiam fazer o que quisessem. Há entre eles quem compare Angola a um paraíso. A vida material também é vista como sendo melhor do que na metrópole. Essa liberdade, possível por fazerem parte da minoria branca privilegiada pela estrutura da sociedade colonial por conta da cor da pele, entretanto, existia numa sociedade marcada pela realidade da classificação da sociedade em “civilizados”, a minoria branca; “assimilados”, negros e mestiços de influência cultural europeia e também africana, com uma posição intermediária na sociedade colonial, que no século XIX estavam envolvidos na atividade do tráfico de escravos e que ao longo do século XX passou a ocupar postos em órgãos administrativos, do judiciário, militares e também na Igreja Católica e em irmandades ligadas a esta como mostra Marcelo Bittencourt e “indígenas”, a maioria da população. Negros que tinham praticas culturais tradicionais, ou seja, oriundas dos seus respectivos grupos étnicos. Estes sofriam a realidade da exploração colonial. Deles era cobrado o Imposto Indígena, cuja função era “obrigar o ‘indígena’ a entrar no mercado formal de trabalho, e abandonar, portanto, seu processo doméstico de produção e comercialização” (BITTENCOURT, 2002, p. 13). O sistema, ainda segundo o mesmo autor “ficaria conhecido como ‘trabalho contratado’ ou simplesmente ‘contrato’ pelo qual o ‘indígena’ poderia adquirir moeda para arcar com o

1 “Angola: embaixada retifica informação sobre emigrantes”, O Globo, 02/09/1975.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

pagamento do imposto” (BITTENCOURT, 2002, p. 13). Em caso de fuga, continua Bittencourt, os indivíduos sem vínculo a nenhum trabalho e, portanto, que não tinham como pagar o imposto eram detidos e enviados para o serviço obrigatório. Conseqüentemente, muitos eram os que fugiam para países vizinhos.

A relação entre brancos e negros em Angola não é o nosso objeto aqui. E sim, compreender em linhas gerais como era a sociedade portuguesa anterior ao 25 de Abril de 1974, data que põe termo a ditadura do Estado Novo em Portugal. Nossa intenção com isso era buscar entender melhor as referências desses indivíduos. Alguns deles foram pequenos para Angola, outros lá nasceram, filhos de pais portugueses ou também lá nascidos. Para os que representavam segunda, terceira ou quarta geração da família em Angola, Portugal era apenas uma referência, a terra de pais, avôs e bisavôs. Assim procedendo procuramos ter subsídios mais sólidos para compreender não apenas os imigrantes que se estabeleceram no Brasil, mas o universo mais amplo no qual eles estão inseridos, o do êxodo da minoria branca de Angola.

Bibliografia

BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BITTENCOURT, Marcelo. "Estamos Juntos". O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974), Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2002.

CASTELO, Cláudia. Passagens para a África: O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920-1974), Porto, Edições Afrontamento, 2007.

LÉONARD, Yves. O Império Colonial Salazarista, In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDURI, Kirti (org.). História da Expansão Portuguesa, Lisboa, Circulo de Leitores, 1998.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Os corporativismos português e brasileiro: proximidades e distanciamentos entre tradição e modernidade, In: REIS, Daniel Aarão (et. al.). Tradições e Modernidades, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

_____. Corporativismo e Trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil, In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes e PINTO, António Costa (org.). O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo, Rio de Janeiro, Civilização



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Brasileira, 2007.

MEYER, Arno J. A Força da Tradição: A Persistência do Antigo Regime, São Paulo Companhia das Letras, 1987.

PIMENTA, Fernando. Ideologia Nacional dos brancos Angolanos (1900-1975), VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes e PINTO, António Costa (org.). O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

_____. O Salazarismo e o Fascismo Europeu: os primeiros debates nas Ciências Sociais, In: ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (org.). Salazar e o salazarismo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.

PRADO, Luís Carlos Delorme. A economia política da Grande Depressão da década de 1930 nos EUA: visões da crise e política econômica, In: LIMONCIC, Flávio e

ROSAS, Fernando. Salazar e o Salazarismo: um caso de longevidade política, In: _____ (org.). Salazar e o Salazarismo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.

SILVA, A. E. Duarte da. Salazar e a Política Colonial do Estado Novo: o Acto Colonial (1930-1951), In: ROSAS, Fernando (org.). Salazar e o Salazarismo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Fascismos, In: REIS, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (org.). O século XX: o tempo das crises, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.